



MADEIRA ANDEBOL, SAD.

Relatório & Contas Exercício de 2020

- ✓ Relatório de Gestão
- ✓ Anexo ao Relatório de Gestão
- ✓ Balanços
- ✓ Demonstração dos Resultados
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa
- ✓ Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios
- ✓ Anexo às demonstrações Financeiras
- ✓ Certificação Legal das Contas
- ✓ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos da lei, damos conta da gestão referente ao exercício de 2020.

Sendo a aposta da Madeira Andebol, SAD, para a Época Desportiva 2020/2021, idêntica a todos os seus anos de existência, ou seja, ser Campeão Nacional da Modalidade, apostou em atletas de valor desportivo e com níveis de progressão elevados para assim garantir de novo a qualidade necessária para atingirmos o mais elevado patamar do andebol português. Para tal houve uma grande renovação de atletas oriundas do continente português, assim como três atletas estrangeiras. Uma nova equipa técnica. Todas estas contratações foram realizadas dentro dos nossos condicionalismos financeiros.

Assim, no final de Época Desportiva 2020 /2021, voltamos a ser Campeões Nacionais, após um “jejum” de três anos, tendo a Competição Nacional sido disputada nos moldes de um contra todos, a duas voltas, abandonado o modelo anterior. Vencemos também a Taça de Portugal, fazendo desta forma, a “dobradinha”. Atingimos o pleno dos objetivos delineados para a época desportiva, agora finda.

No entanto e face ao desenrolar da Pandemia durante a época 2020 / 2021, a Administração da Madeira Andebol, SAD, seguindo as determinações das Autoridades Publicas, nomeadamente do Governo da Região da Autónoma da Madeira, interrompeu a Competição Desportiva, durante o período de dezembro de 2020 a meados de março de 2021, uma vez que não nos era permitindo competir em Portugal Continental, assim como as equipas adversárias, não poderiam viajar para Madeira. Mantivemos somente durante este período, os treinos, de acordo com o que nos era permitido realizar face aos diversos confinamentos que fomos obrigados a fazer. No entanto, o Campeonato Nacional manteve-se ativo, em Portugal Continental. Todo este processo de não competição foi devidamente consertado e aprovado pela Madeira Andebol, SAD, a Associação de Andebol da Madeira, a Federação de Andebol de Portugal e a Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia.

Voltamos à competição Nacional em meados de março de 2021, tendo sido realizado um gigantesco esforço físico por parte das nossas atletas e respetiva equipa técnica, assim como um enorme esforço financeiro por parte do Madeira Andebol, SAD, pelos seguintes fatores:

- 1º As equipas do Continente estiveram sempre em competição, estando as nossas atletas sem o fazer desde dezembro de 2020.
- 2º Tivemos de realizar duas jornadas duplas, jogos esses que eram para ser realizados na Madeira, mas por força da Pandemia, tivemos que os jogar no Continente. Estes foram realizados em março de 2021. Foram 5 jogos numa semana, sendo um deles para a Taça de Portugal. Em maio do corrente ano, realizamos mais 4 jogos em uma semana, todos eles a contar para o Campeonato. Dois deles foram disputados com o nosso adversário mais direto, o Sport Lisboa Benfica.
- 3ª Dado a nossa dimensão, estarmos duas semanas, em períodos diferentes, no continente português, com uma comitiva de 20 pessoas e termos de pagar todas as nossas despesas a pronto pagamento, como a estadia, a alimentação e o transporte, foi um esforço gigantesco e sem paralelo para a nossa tesouraria. Esta grande dificuldade de tesouraria levou-nos a pedir dinheiro emprestado a amigos pessoais da administração para fazer face a esta necessidade. Esta situação só foi também possível pelo grande gesto do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, que publicou uma Portaria, com o intuito de poder compensar a maior parte destas despesas extras, a pagar num futuro muito próximo. Sem esta Portaria, o encerrar de portas da Madeira Andebol, SAD., seria uma realidade.



Assim e face ao exposto nos parágrafos anteriores, as nossas conquistas, Campeonato Nacional e Taça de Portugal, tiveram um sabor muito especial, a todos os níveis. Há muito tempo que não tínhamos um grupo de trabalho tão unido e com uma meta tão definida, como o da época finda. Só assim conseguimos acreditar, trabalhar e vencer, tudo o que havia para ganhar.

Com a conquista do Campeonato Nacional, fomos convidados pela Federação de Andebol de Portugal, a participar na Competições Europeias 2021/2022. A Madeira Andebol, SAD., vai participar novamente, por considerar que estão reunidas as condições financeiras para a respetiva participação, após reunião com o Sr. Secretario Regional da Educação Ciência e Tecnologia. Nesta reunião, foi apresentada pela Administração da Madeira Andebol, SAD, uma proposta de orçamento para cada eliminatória, havendo o compromisso por parte da tutela, da respetiva cobertura financeira, e que o pagamento será realizado num período muito curto, após a apresentação das despesas reais.

Pelo histórico dos pagamentos ao BANIF referentes ao financiamento que tínhamos com esta Instituição Financeira e relacionados com a nossa sede social, assim como a não possibilidade de inclusão desta despesa como elegível na Plataforma do Desporto, foi realizado em 2015 um contrato de Cessão de Posição Contratual do Contrato de Locação Financeira Imobiliária com a entidade Fonborges Investimentos Imobiliários, Lda. Paralelamente foi celebrado um Acordo Extra Integrante do Contrato de Sublocação, que permite o Madeira Andebol, SAD., continuar nas instalações, como inquilino e podendo a devido tempo, desde que tenha as rendas totalmente pagas, exercer o direito de preferência e liquidação do respetivo valor residual do contrato anteriormente referido e ficar como proprietário do respetivo prédio, livre de ónus e encargos. À data de 21 de janeiro de 2020, encontravam-se liquidadas todas as rendas/prestações, tendo o Madeira Andebol, SAD, exercido a opção de compra junto da entidade Fonborges Investimentos Imobiliários, Lda., estando em condições para a realização da escritura de aquisição.

Assim em 06 de agosto de 2020, foi celebrada a escritura publica de compra e venda a favor do Madeira Andebol, SAD., pelo valor de € 71.541, 51 (setenta e um mil quinhentos e quarenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), valor este pago na integra no período compreendido entre 11 de outubro de 2015, a 09 de janeiro de 2020.

Em 21 de dezembro de 2020, foi solicitado Relatório de Avaliação a perito avaliador credenciado inscrito na CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, por forma a determinar o valor de mercado da Fração adquirida em agosto de 2020, que corresponde a nossa Sede Social, tendo sido atribuído o montante de € 147.000,00.

Com referência a custos de funcionamento durante o exercício de 2020, obtivemos um decréscimo de 16, 14%, em relação ao período homólogo. Para tal, contribuíram as seguintes rubricas: Trabalhos Especializados (16,68%), Outros Custos Desportivos (37,82%), Deslocações e Estadas (-51.36%) e Rendas e Alugueres (-37.84%).

- Relativamente aos Subsídios à Exploração, registou-se um acréscimo de 1, 31%, a saber:
- No apoio à Atividade Desportiva Nacional (Campeonato Nacional), houve um acréscimo de 4, 33%.
- No apoio às deslocações, houve um decréscimo de 58,75%, diretamente influenciado pelo número de deslocações ao Continente.
- No apoio à Atividade Desportiva Regional, tivemos um decréscimo de 32, 40%. Esta Subvenção é variável em função dos critérios definidos no PRAD – Plano Regional de Apoio ao Desporto.
- Apoio face a Pandemia da Federação de Andebol de Portugal no montante de 1. 786, 72.



Relativamente a rubrica de prestação de serviços, tivemos um acréscimo de 308,31%. Esta situação ficou a dever-se ao facto de passarmos a contar com mais patrocinadores.

Em relação aos Outros Rendimentos, registou-se um Acréscimo de 105,09%, comparado com o exercício anterior. Este acréscimo está diretamente relacionado com a aquisição da fração da nossa sede social, uma vez que durante o período que houve a sublocação foi considerado gasto do exercício as rendas pagas, assim na aquisição temos de considerar o respetivo ganho.

Mesmo com uma melhoria significativa no pagamento dos compromissos da RAM para com a Madeira Andebol, SAD., continuamos a olhar para o futuro com alguma reserva e expectativa. Esta situação prende-se com os seguintes fatores:

- Continua a haver uma diferença temporal de cerca de 4/5 meses em relação ao pagamento efetivo das subvenções. Sendo os contractos assinados no início de cada época, existe uma cláusula (4ª – paragrafo nº. 1 do Contrato de Programa de Desenvolvimento Desportivo) que diz que o pagamento será efetuado em 12 prestações, tendo ocorrido o primeiro pagamento apenas em janeiro de 2021. Neste pagamento, já em janeiro, foram liquidadas as primeiras seis prestações. As restantes subvenções não foram regularizadas nos meses seguintes, mensalmente, como em 2020. Esta é uma situação que gostaríamos de ver regularizada na próxima época, para bem da nossa tesouraria. A não acontecer o pagamento das subvenções mensalmente a partir de setembro, a nossa sociedade desportiva corre o risco de fechar no final da época que em agosto se inicia.

Situação diferente ocorreu com o pagamento do apoio às deslocações, o que para nós está a trazer grandes problemas financeiros, em especial de tesouraria, uma vez que tivemos de suportar o custo das viagens de avião. Em épocas anteriores eramos ressarcidos de 50% do valor contratado em dezembro, o que não ocorreu nesta época desportiva. À data de hoje, ainda não recebemos qualquer verba da época desportiva 2020 /2021, referente às deslocações, montante este que ascende ao valor de € 10.733,00.

Continuaremos com a nossa política desportiva quanto ao apoio à formação, disputando as Competições Regionais nos escalões de Juvenis e Juniores, com fortes limitações face a situação pandémica que vivemos.

Para a Época Desportiva 2021/2022, continuam intatos os nossos objetivos para voltarmos a ser Campeões Nacionais da modalidade. Estamos a trabalhar na construção do plantel, que em relação a época anterior, haverá pequenos alterações face a saída de algumas atletas. A equipa técnica, será a mesma, dando assim continuidade ao projeto que iniciamos na época 20/21. Todas estas contratações serão sempre realizadas dentro dos nossos condicionalismos financeiros.

Prevemos que a época desportiva de 2021 /2022, seja muito menos atribulada, no que à Pandemia diz respeito. O plantel está a ser construído, com uma forte base das jogadores que foram campeãs na última época, permitindo-nos desta forma reforçar algumas posições onde estivemos menos bem. Ser Campeão Nacional da modalidade, é o nosso principal objetivo para a próxima época. Temos, no entanto, a confirmação de que os nossos principais adversários se reforçaram muito mais do que nós o que nos faz prever, grandes dificuldades para atingirmos os nossos objetivos. No entanto, estaremos como estivemos na época passada, muito focados nos nossos objetivos e trabalhando como nunca, para os alcançar. Estamos convictos que só assim sairemos ganhadores de todas as competições que estaremos presentes. Atualmente, temos já muitas equipas do continente português com orçamentos superiores ao nosso e com melhores apoios financeiros por parte das instituições públicas e privadas. Tudo isto reflete-se na dimensão dos valores, em especial nos apoios financeiros das empresas ao desporto que na nossa ilha ainda está muito longe do que já é praticado no continente, apesar de toda a crise que atravessamos. A dimensão e a visibilidade é outra, em relação ao nosso mercado.

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para a atividade da Sociedade.



No decurso do exercício de 2020, não se verificou a existência de qualquer negócio entre a Sociedade e a Administração, nomeadamente os contidos no art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais".

Assim e no cumprimento dos requisitos legais, confirmamos a inexistência de dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social".

No âmbito da b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração considera que a informação relevante, para cumprimento do mesmo, se encontra divulgada neste relatório e nas Notas às demonstrações financeiras, no que respeita à informação sobre saldos e operações com partes relacionadas e aos honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, referente ao exercício de 2020 (notas 6 e 13.6, respetivamente).

Face ao resultado líquido positivo do exercício de 2020, de 81.039,47, e aos Excedentes de Revalorização de 57.401,59, a situação do Capital Próprio no final do exercício de 2020, apresenta saldo positivo de € 87.892,65. Assim sendo e após análise e avaliação efetuada pelo Conselho de Administração, sobre a capacidade da continuidade das operações da Sociedade, a mesma não está posta em causa, uma vez que do exercício de 2019 para 2020, inverteu-se a posição de capitais próprios negativos de € 50.620,25, para capitais próprios positivos de 87.892,65.

No entanto e uma vez que a situação do Capital Próprio no final do exercício de 2020 apresenta saldo positivo de € 87.892,65, que representa a perda de mais de metade do valor do seu Capital Social, o Conselho de Administração da Madeira Andebol, SAD., propõe aos sócios, uma ou mais das seguintes medidas:

- a) A redução do Capital Social;
- b) A realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do capital social;
- c) A adoção de medidas concretas tendentes a manter pelo menos em dois terços do capital social;

Propõe-se que o resultado líquido positivo, no montante de € 81.039,47 (oitenta um mil trinta e nove euros e quarenta e sete cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal, o montante de € 4.051,98 (quatro mil cinquenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos)

Para Resultados Transitados, o montante de € € 76.987,49 (setenta e seis mil novecentos e oitenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos)

Nota Final

Ao Governo Regional da Madeira através do DRJD, à Câmara Municipal do Funchal, às Empresas, Entidades Oficiais, e demais parceiros de negócio, agradecemos a confiança depositada, que constitui importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Sociedade Desportiva. A todas as Atletas, Dirigentes, Fisioterapeutas, Treinadores, Contabilista Certificado e demais colaboradores, que contribuíram para o desempenho da Sociedade, com o seu profissionalismo e dedicação, o Conselho de Administração expressa aqui o seu maior agradecimento.



Madeira Andebol, SAD

Funchal, 18 de junho de 2021.

A Administração.

MADEIRA ANDEBOL, SAD
A ADMINISTRAÇÃO

Alfredo Aires da Silva Gomes de Mendonça
(Presidente do Conselho de Administração)

Maria Isabel Santa Clara Pereira de Sousa Ramos
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)



Madeira Andebol, SAD

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

(Art.º 447, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais)

Participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização (Art.º 447, n.º 5)

- Administração

N.º de ações

- Presidente:
- Alfredo Aires da Silva Gomes de Mendonça Não é titular de nenhuma ação.
- Vice - Presidente:
- Maria Isabel Santa Clara Pereira de Sousa Ramos Não é titular de nenhuma ação.

- Fiscal Único

Não é titular de nenhuma ação.

Funchal, 18 de junho de 2021.

A Administração.

MADEIRA ANDEBOL, SAD
A ADMINISTRAÇÃO

Alfredo Aires da Silva Gomes de Mendonça
(Presidente do Conselho de Administração)

Maria Isabel Santa Clara Pereira de Sousa Ramos
(Vice - Presidente do Conselho de Administração)



Madeira Andebol, SAD

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Euros)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7.1	154 672,44	7 004,49
		154 672,44	7 004,49
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		488,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.1	2 254,30	2 254,30
Outros créditos a receber	12.1.1	221 143,05	245 775,53
Diferimentos	13.2	24 519,99	11 134,32
Caixa e depósitos bancários	4.2	2 581,71	388,06
		250 987,05	259 552,21
Total do ativo		405 659,49	266 556,70
Capital próprio			
Capital subscrito	12.4	249 500,00	249 500,00
Reserva legal		8 214,14	8 214,14
Resultados transitados	12.5	-308 262,55	-302 381,62
Excedentes de revalorização	12.6	57 401,59	0,00
Outras Variações de Capital Proprio		0,00	0,00
		6 853,18	-44 667,48
Resultado líquido do período		81 039,47	-5 952,77
Total do capital próprio		87 892,65	-50 620,25
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	10	9 892,18	0,00
		9 892,18	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1.2	32 340,23	19 769,99
Estado e outros entes públicos	13.1	5 622,80	15 362,59
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	12.1.2	130 843,24	142 505,30
Diferimentos	13.2	139 068,39	139 539,07
		307 874,66	317 176,95
Total do passivo		317 766,84	317 176,95
Total do capital próprio e passivo		405 659,49	266 556,70

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

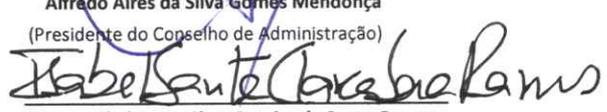
Funchal, 18 de junho de 2021

O Contabilista Certificado


Jorge Manuel Cabral Saldanha
CC nº 33598

A Administração
MADEIRA ANDEBOL, SAD
A ADMINISTRAÇÃO


Alfredo Aires da Silva Gomes Mendonça
(Presidente do Conselho de Administração)


Maria Isabel Santa Clara Pereira de Sousa Ramos
(Vice - Presidente do Conselho de Administração)



Madeira Andebol, SAD

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		(Euros)	
	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	8.2	5 567,85	1 363,64
Subsídios, doações e legados à exploração	9	193 686,94	191 176,75
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Ganhos/perdas imp. de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13.3	-204 484,91	-243 839,05
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.4	94 086,77	45 875,37
Outros gastos	13.5	-1 831,90	-324,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		87 024,75	-5 748,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.1	-2 313,55	-204,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		84 711,20	-5 952,77
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-584,40	0,00
Resultado antes de impostos		84 126,80	-5 952,77
Imposto sobre o rendimento do período		-3 087,33	0,00
Resultado líquido do período		81 039,47	-5 952,77
Resultado por ação básico		0,089	-0,009

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Funchal, 18 de junho de 2021

O Contabilista Certificado


Jorge Manuel Cabral Saldanha
CC nº 33598

A Administração.

MADEIRA ANDEBOL, SAD
A ADMINISTRAÇÃO


Alfredo Aires da Silva Gomes de Mendonça
(Presidente do Conselho de Administração)

Maria Isabel Santa Clara Pereira de Sousa Ramos
(Vice - Presidente do Conselho de Administração)



Madeira Andebol, SAD

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

MADEIRA ANDEBOL, SAD

Anexo às demonstrações financeiras

2020



1 Identificação

O Madeira Andebol, SAD, constituída em setembro de 1998, com sede a Avenida Arriaga, 46, com contribuinte fiscal N° 511 144 741, tem por objeto social a participação em competições desportivas na modalidade de Andebol feminino, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva da modalidade de andebol.

O Madeira Andebol, SAD, aquando da sua constituição surge com a finalidade de reestruturar todo o Andebol Feminino da Região Autónoma da Madeira, para poder competir ao mais alto nível quer a nível Nacional, quer a nível das Competições Europeias.

Em termos de resultados desportivos desde o início da Sociedade, até a presente data apresenta os seguintes títulos: 15 Campeonatos Nacionais; 19 Taças de Portugal, e 20 Supertaças Cândido de Oliveira, tendo sido na presente Época Desportiva 2020 / 2021, Campeão Nacional e Vencedor da Taça de Portugal.

Em termos Internacionais participava todos os anos nas Competições Europeias, sendo os resultados desportivos, os possíveis face a diferença do nível do andebol praticado em Portugal e os restantes países europeus. A partir da Época Desportiva 2012/2013, apesar de se qualificar para as Competições Europeias, e por opção, face às restrições financeiras e orçamentais, deixou de participar nas respetivas provas. Na Época Desportiva 2016/2017, voltou a participar novamente nas Competições Europeias, na Taça EHF, sendo eliminada na primeira eliminatória. É intenção do Madeira Andebol SAD, voltar a participar nas Competições Europeias para a Época Desportiva 2021 /2022.



2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e da especialização dos exercícios (regime de acréscimo) e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo sido, ainda, preparadas em conformidade com o Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e com a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que alteraram os Decretos-Lei n.ºs 158/2009, de 13 de julho e 36-A/2011, de 9 de março, que aprovou o SNC.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o SNC em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e integram o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

O referencial contabilístico SNC foi utilizado pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2010.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho ou dos fluxos de caixa da Empresa.

2.3 Indicação e comentário dos elementos das demonstrações financeiras cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os critérios de reconhecimento e bases de mensuração adotadas na preparação das demonstrações financeiras não sofreram alterações pelo que não existem quaisquer restrições ao nível da comparabilidade das diferentes rubricas do balanço e da demonstração dos resultados.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de mensuração adotadas pela entidade na preparação das demonstrações financeiras, são como segue:

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo de aquisição ou de produção deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



A depreciação dos ativos fixos tangíveis, é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de cálculo linear (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	3 – 4 anos
Equipamento administrativo	3 – 8 anos

Os períodos de vida útil dos ativos fixos tangíveis foram objeto de avaliação, nas datas de relato, tendo-se considerado adequados os que têm vindo a ser praticados.

Para efeitos de depreciação não é deduzido o valor residual dos bens aos respetivos custos de aquisição, por se considerar que não seria possível efetuar a quantificação daqueles montantes de forma fiável.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções ou manutenções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de desreconhecimento, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

No exercício de 2020, procedeu-se a reavaliação do Ativo Fixos Tangível, do Terreno e Prédio existentes na rubrica Edifícios e Outras Construções, tendo por base Relatório de Avaliação de Entidade inscrita na CMVM.

3.1.2 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



3.1.3 Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade.

3.1.4 Gastos de financiamentos

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

Nos casos em que os custos de juros e outros incorridos com financiamentos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, a Empresa procede à sua incorporação no custo desse ativo até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Durante o exercício de 2020, não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros.

3.1.5 Instrumentos financeiros

3.1.5.1 Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. As perdas por imparidade são revertidas se as condições que estiveram na sua origem se atenuarem.

3.1.5.2 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetivo e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.5.3 Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.1.6 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses,



são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

3.1.7 Rédito e regime de acréscimo

O rédito relativo a prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito associado às prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.8 Imposto sobre o rendimento do período

A empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 11,90 % e 20% sobre lucro tributável.

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis. O seu cálculo respeita as regras estabelecidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as



diferenças temporárias tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

3.1.9 Subsídios

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a Empresa por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis são incluídos na rubrica de Capitais Próprios, sendo reconhecido o referido imposto diferido passivo. O seu reconhecimento é efetuado em resultados, de acordo com a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Empresa por custos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

3.1.10 Benefícios de empregados

Os benefícios a curto prazo dos empregados são reconhecidos como gasto do período. Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados, subsídio de alimentação e contribuições para a Segurança Social e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

3.1.11 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.12 Resultados por Ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.1.13 Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem,



nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

3.2 Juízos de valor subjacentes à aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.



4 Fluxos de caixa

4.1 Comentário dos responsáveis da gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2020, o valor do saldo de caixa e seus equivalentes estava disponível para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	25,82	25,82
Depósito à Ordem		
Santander Totta	2 555,89	362,24
	2 555,89	362,24
	2 581,71	388,06

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

De referir, ainda, que, (i) não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas com impacto material nos elementos das demonstrações financeiras; (ii) não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas com impacto material nos elementos das demonstrações financeiras; e (iii) não foram identificados quaisquer erros materiais relativos a períodos anteriores.

6 Partes relacionadas

As transações realizadas no período, efetuadas com entidades relacionadas encontram-se evidenciadas no quadro seguinte:

	Aquisição de Bens e Serviços		Prestação de serviços		Outros Rendimentos	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
DRJD	0,00	0,00	0,00	0,00	194 329,50	192 692,10
	0,00	0,00	0,00	0,00	194 329,50	192 692,10



2020	Clientes	Ativo		Valores sem IVA	
		Outras contas a Receber	Outros ativos financeiros	Passivo	Fornecedores
DRJD	0,00	201 482,64	0,00		0,00
	0,00	201 482,64	0,00		0,00

2019	Clientes	Ativo		Valores sem IVA	
		Outras contas a Receber	Outros ativos financeiros	Passivo	Fornecedores
DRJD	0,00	205 868,64	0,00		0,00
	0,00	205 868,64	0,00		0,00

6.1 Remunerações da pessoal chave da gestão

Remunerações do pessoal chave da gestão	2020	2019
Remunerações Administração	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Por deliberação de 30 de abril de 2013, do Conselho de Administração, o mesmo deixou de ser remunerado a partir dessa data.

7 Ativos Fixos Tangíveis

7.1 Movimentos nas rubricas relacionadas com ativos fixos tangíveis.

Valor bruto	2020							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
31 de dezembro de 2019	0,00	7 806,00	0,00	50 418,93	12 393,80	0,00	0,00	70 618,73
Aquisições	20 405,51	61 216,50	0,00	0,00	981,50	0,00	0,00	82 603,51
Reavaliação	16 844,49	50 533,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67 377,99
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências /abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 de dezembro de 2020	37 250,00	119 556,00	0,00	50 418,93	13 375,30	0,00	0,00	220 600,23
Depreciações								
31 de dezembro de 2019	0,00	2 497,92	0,00	50 418,93	10 697,39	0,00	0,00	63 614,24
Reforço	0,00	750,48	0,00	0,00	1 563,07	0,00	0,00	2 313,55
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências /abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 de dezembro de 2020	0,00	3 248,40	0,00	50 418,93	12 260,46	0,00	0,00	65 927,79
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido	37 250,00	116 307,60	0,00	0,00	1 114,84	0,00	0,00	154 672,44



	2019							
Valor bruto	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
31 de dezembro de 2018	0,00	7 806,00	0,00	50 418,93	10 648,93	0,00	0,00	68 873,86
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	1 744,87	0,00	0,00	1 744,87
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências /abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 de dezembro de 2019	0,00	7 806,00	0,00	50 418,93	12 393,80	0,00	0,00	70 618,73
Depreciações acumuladas								
31 de dezembro de 2018	0,00	2 341,80	0,00	50 418,93	10 648,93	0,00	0,00	63 409,66
Reforço	0,00	156,12	0,00	0,00	48,46	0,00	0,00	204,58
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências /abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31 de dezembro de 2019	0,00	2 497,92	0,00	50 418,93	10 697,39	0,00	0,00	63 614,24
Perdas por imparidade acumuladas							0,00	0,00
Valor líquido	0,00	5 308,08	0,00	0,00	1 696,41	0,00	0,00	7 004,49

No exercício de 2020, procedeu – se reavaliação do Terreno e Prédio existente na rubrica Edifícios e Outras Construções, tendo por base, Relatório de Avaliação de Entidade Independente devidamente credenciada, inscrita na CMVM, estando resultado da mesma refletido nas contas do exercício de 2020, valor resultante da reavaliação ascendeu ao montante de € 62. 377, 99.

7.2 Quantia reconhecida nos resultados relativa a compensações de terceiros por itens do ativo fixo tangível com imparidade alienados ou abatidos

A 31 de Dezembro de 2020, a Empresa não detinha ativos tangíveis com restrições de titularidade.

8 Réditos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios.

- Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida no período

Rubrica	31.12.2020	31.12.2019
Prestação Serviços - Madeira	5 567,85	1 363,64
	5 567,85	1 363,64



9 Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

Natureza e extensão dos subsídios do Governo Regional reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Natureza	31.12.2020			
		Capitais Proprios	ID Passivo	Passivo	Demonstração Resultados
Subsidio Epoca Desportiva 2020 / 2021	Subsidio a Exploração			201 482,64	66 558,49
Subsidio Epoca Desportiva 2019/ 2020	Subsidio a Exploração				125 341,73
				201 482,64	191 900,22
	TOTAL	0,00	0,00	201 482,64	191 900,22

Descrição	Natureza	31.12.2019			
		Capitais Proprios	ID Passivo	Passivo	Demonstração Resultados
Subsidio Epoca Desportiva 2019/ 2020	Subsidio a Exploração			205 868,64	68 451,04
Subsidio Epoca Desportiva 2018/ 2019	Subsidio a Exploração				122 725,71
				205 868,64	191 176,75
	TOTAL	0,00	0,00	205 868,64	191 176,75

10 Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, de acordo com as diferenças temporais que os geraram, foi como segue:

	31 de Dezembro de 2020					31.12.2020
	Constituição		Reversão			
	01.01.2020	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido		
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação Terrenos e Edifícios						
Ativos Fixos Tangíveis	-	-	9 904,56	(12,38)	-	
	-	-	9 904,56	(12,38)	9 892,18	
31 de Dezembro de 2019						
	Constituição		Reversão		31.12.2019	
	01.01.2019	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido		Capitais próprios
Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação Terrenos e Edifícios						
Ativos Fixos Tangíveis	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	



11 Acontecimentos após a data do balanço

11.1 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

11.2 Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão, em 18 de junho de 2021.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período. No entanto, os recentes desenvolvimentos relacionados com o surto de COVID-19, estão a ter impacto nos mercados financeiros e na atividade económica de todo o mundo. Embora não seja possível quantificar, com exatidão, os efeitos desta situação, a MADEIRA ANDEBOL, SAD, continua a manter a sua atividade, não antecipando o Conselho de Administração, para já, impactos negativos relevantes na atividade da Entidade que possam pôr em causa a sua continuidade nos próximos doze meses.

12 Instrumentos financeiros

12.1.1 Ativos financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores (saldos devedores)	36,79	0,00
Acionistas Sócios	10 050,00	10 050,00
Acréscimos de Proveitos	0,00	9 723,37
Outros Devedores	211 056,26	226 002,16
	221 143,05	245 775,53



Acionistas (Sócios):

Composto pelos seguintes saldos:

<u>Entidade</u>	<u>Montante</u>
Club Sports Madeira	3 948,21
Académico Club Desportivo do Funchal	3948,21
Club Desportivo Infante D. Henrique	2 153,58
	<u>10 050,00</u>

Estes saldos devedores têm origem no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Região Autónoma da Madeira e os restantes acionistas do Madeira Andebol, SAD, pela compra dos 30%, das ações (15. 000) detidas pela Região Autónoma da Madeira no Capital do Madeira Andebol, SAD. Assim e decorrente do Acordo de Regularização de Dívida no âmbito do PAEF, após o recebimento dos valores em dívida pelo Madeira Andebol, SAD, as ações da Região Autónoma da Madeira teriam que ser adquiridas até 31 de Dezembro de 2014, pelo que o Madeira Andebol, SAD, procedeu ao seu pagamento substituindo – se assim aos seus acionistas.

Outros Devedores:

Na data de relato financeiro o valor de Outros créditos a receber apresentava a seguinte composição:

	<u>Montante</u>
DRJD - Direção Regional Juventude e Desporto	
Subsídio Época Desportiva 2020 / 2021 (contrato Programa 266/2020 de 28.12.2020)	186 604,64
Subsídio Apoio as Deslocações Época Desportiva 2020/2021 (Contrato Programa 39/2021 de 26.04.2021)	14.878,00
	<u>201.482,64</u>
Honorários Atletas	6.972,07
Caução Contratos Arrendamento	2.250,00
Outros	351,55
	<u>211 056,26</u>



12.1.2 Passivos financeiros

Fornecedores:

<u>Fornecedores</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Hard & Soft, Lda	0,00	1744,87
Condomínio do prédio	461,00	1156,15
AVASAD - Pr.Serv. Med. Desp. Saude, Lda	3 797,00	4 402,00
Emviagem, S.A.	11 998,32	7 880,65
Prosperitas Prestigious Theory Unipessoal, Lda	1 814,91	2 491,59
Servinasa Limpezas e Serviços, Lda	469,49	847,86
Grant Thornton & Associados - SROC, Lda	5 100,00	0,00
Federação de Andebol de Portugal	2 629,31	0,00
Associação de Andebol da Madeira	4 100,50	0,00
Outros	1 969,70	1 246,87
	32 340,23	19 769,99

<u>Outras dividas a pagar</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Pessoal	0,00	624,88
Acionistas Sócios	12 500,00	12 500,00
Credores por Acréscimo de Gastos	43 253,24	72 155,06
Outros Credores	75 090,00	57 225,36
	130 843,24	142 505,30

Acionistas (Sócios) - € 12. 500, 00.

Este saldo credor corresponde ao empréstimo realizado pelo Club Sports Madeira, em 25 de junho de 2015, no montante de € 30. 000, 00, deduzido dos reembolsos já efetuados no montante de € 17. 500,00, face as dificuldades de tesouraria para aquisição de uma viatura Peugeot Expert L2, 2.0 H130. No exercício de 2016 a 2020, não foi efetuado qualquer amortização do capital em dívida, pelo que o contrato de empréstimo não está a ser cumprido.

Credores por Acréscimos de Gastos - € 43. 253, 24

Valores mais significativos:

Premio Desempenho Administração 2014.....	€ 15. 000, 00
Honorários Atletas e Treinadores dezembro 2020.....	€ 12. 214, 67
Honorários Treinador Formação Diretor Técnico.....	€ 2. 999, 99
Honorários TOC.....	€ 9. 958, 44
Honorários Certificação Legal de Contas 2020.....	€ 3. 050, 00



12.2 Montante de capital social

A Empresa tem um capital social de 249. 500, 00 euros, totalmente subscrito e realizado.

12.3 Ações representativas do capital social

A Empresa tem um capital social de 50. 000 Ações, ao valor nominal de 4, 99 euros por ação.

12.4 Representação do capital social

A 31 de Dezembro de 2020 o capital social da empresa, decompõe-se da seguinte forma:

Entidade	Capital	%	Ações
Club Sports Madeira	98.028,55	39,29%	19.643
Académico Club Desportivo do Funchal	98.028,55	39,29%	19.643
Club Desportivo Infante D. Henrique	53.442,90	21,42%	10.714
	249.500,00	100,00%	50.000

Em 31 de Dezembro de 2014, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações Representativas do Capital Social da Madeira Andebol, SAD, entre a Região Autónoma da Madeira e os restantes Acionistas da Madeira Andebol, SAD., tendo a RAM, alienado a sua participação de 30%, que corresponde a cerca de 15. 000, ações da Madeira Andebol, SAD, aos restantes Acionistas.

12.5 Resultados Transitados

Na Assembleia-geral realizada a 06 de outubro de 2020, os acionistas deliberaram por unanimidade aplicar em Resultados Transitados o resultado negativo de 2019, no montante de € 5.952,77, passando a ter um saldo negativo a 31 de dezembro de 2020, de € 308.262,55.

12.6 Excedentes de Revalorização

Movimento ocorrido no exercício de 2020:

Edifício	Saldo 01.01.2020	Antes de Imposto sobre o Rendimento			Impostos Diferidos			Saldo 31.12.2020
		Debito	Crédito	Saldo	Debito	Crédito	Saldo	
Edifício Sede Madeira SAD	0,00	84,22	67 377,99	67 293,77	9 904,56	12,38	9 892,18	57 401,59
	0,00	84,22	67 377,99	67 293,77	9 904,56	12,38	9 892,18	57 401,59



13 Outras informações

13.1 Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos”, é o seguinte:

Rubrica	31.12.2020		31.12.2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	2 254,30	3 099,71	2 254,30	0,00
Retenções na fonte	0,00	1 931,47	0,00	15 362,59
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	591,62	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Tributaçãoes	0,00	0,00	0,00	0,00
	2 254,30	5 622,80	2 254,30	15 362,59

13.2 Diferimentos

O detalhe da rubrica de Diferimentos é a seguinte:

Rubrica	31.12.2020	31.12.2019
Ativo - gastos a reconhecer		
Seguros	183,68	168,65
Protocolo Formação Club Sport Madeira	11 100,00	2 500,00
Protocolo Formação Associação Desportiva Camacha	0,00	557,50
Outros Gastos a Reconhecer	13 236,31	7 908,17
	24 519,99	11 134,32
Passivo - rendimentos a reconhecer		
Subvenções DRJD	137 733,08	139 539,07
Publicidade Patrocínios	1 335,31	0,00
	139 068,39	139 539,07



13.3 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimento e serviços externos tem no exercício de 2020 e 2019 a seguinte composição:

Rubrica	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhos especializados	15 296,57	13 575,03
Honorários	80 679,40	84 444,39
Conservação e reparação	2 201,01	1 354,95
Outros	0,00	390,00
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	557,35	0,00
Material de escritório	1 338,93	597,11
Material Desportivo	7 790,00	6 450,06
Outros Custos Desportivos	34 972,55	25 376,44
Outros	272,10	0,00
Eletricidade	1 293,13	1 400,46
Combustíveis	880,96	948,01
Água	590,54	466,63
Outros Fluidos	652,67	653,30
Deslocações e estadas	37 251,18	76 579,82
Rendas e alugueres	17 747,01	28 550,00
Comunicação	444,54	496,98
Seguros	505,70	473,49
Contencioso e notariado	80,00	180,40
Limpeza, higiene e conforto	1 412,55	1 449,96
Outros serviços	518,72	452,02
	204 484,91	243 839,05

13.4 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos tem no exercício de 2020 e 2019 a seguinte composição:

Rubrica	31.12.2020	31.12.2019
Correções relativas a períodos anteriores	761,74	1 515,35
Outros N/Especificados	1 409,64	1 029,50
Aquisição Edifício Sede e Outros	74 183,37	0,00
Reembolso Subsídio de Mobilidade	17 732,02	43 330,52
	94 086,77	45 875,37



Madeira Andebol, SAD

13.5 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos tem no exercício de 2020 e 2019 a seguinte composição:

Rubrica	31.12.2020	31.12.2019
Impostos	684,17	313,07
Correções relativas a exercícios anteriores	1 147,73	0,00
Multas e penalidades	0,00	11,83
	1 831,90	324,90

13.6 Honorários da Certificação Legal de Contas

No período de 2020, esta entidade contabilizou a importância de 3. 050, 00, euros, relativos a honorários da Certificação Legal de Contas (2.500 euros + IVA).

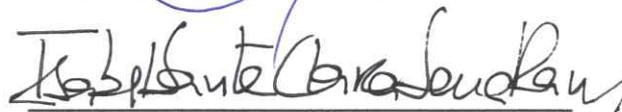
Funchal, 18 de junho de 2021.

O Contabilista Certificado


Jorge Manuel Cabral Saldanha
CC 33598

A Administração
MADEIRA ANDEBOL, SAD
A ADMINISTRAÇÃO


Alfredo Aires da Silva Gomes de Mendonça
(Presidente do Conselho de Administração)


Maria Isabel Santa Clara Pereira de Sousa Ramos
(Vice - Presidente do Conselho de Administração)



Madeira Andebol, SAD

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		(Euros)	
	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		5 079,85	1 363,64
Pagamentos a fornecedores		-206 212,66	-237 032,20
Pagamentos ao pessoal		-624,88	-1 211,82
Caixa gerada pelas operações		<u>-201 757,69</u>	<u>-236 880,38</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		214 336,24	237 052,12
Fluxos de caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>12 578,55</u>	<u>171,74</u>
Fluxos de caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-9 800,50	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>-9 800,50</u>	<u>0,00</u>
Fluxos de caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-584,40	0,00
Fluxos de caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>-584,40</u>	<u>0,00</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>2 193,65</u>	<u>171,74</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		388,06	216,32
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4.2	<u>2 581,71</u>	<u>388,06</u>

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

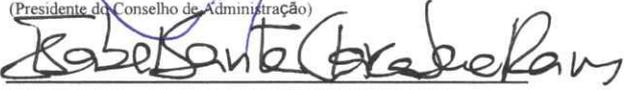
Funchal, 18 de junho de 2021

O Contabilista Certificado


Jorge Manuel Cabral Saldanha
CC n.º 33598

A Administração.
MADEIRA ANDEBOL, SAD
A ADMINISTRAÇÃO


Alfredo Aires da Silva Gomes Mendonça
(Presidente do Conselho de Administração)


Maria Isabel Santa Clara Pereira de Sousa Ramos
(Vice - Presidente do Conselho de Administração)



MADEIRA ANDEBOL, SAD

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total		
		Capital realizado	Acções (Quotas Próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de Revalorização		Ajustamentos / Out.Variações Capital Próprio	Resultado líquido do período
Posição em 1 de janeiro de 2019		249 500,00			8 214,14		-288 315,61			-14 066,01	-44 667,48
Alterações no período											
Aplicação do resultado de 2018							-14 066,01			14 066,01	
Realizações de capital											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
Resultado líquido do período										-5 952,77	-5 952,77
Resultado integral										-5 952,77	-50 620,25
Operações com detentores de capital no período											
Entradas para cobertura de perdas											
Posição em 31 de dezembro de 2019		249 500,00			8 214,14		-302 381,62			-5 952,77	-50 620,25

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total		
		Capital realizado	Acções (Quotas Próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de Revalorização		Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período
Posição em 1 de janeiro de 2020		249 500,00			8 214,14		-302 381,62			-5 952,77	-50 620,25
Alterações no período											
Aplicação do resultado de 2019							-5 952,77			5 952,77	
Realizações de capital											
Excedente de Revalorização de Ativos fixos tangíveis								57 401,59			57 401,59
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							71,84				71,84
Resultado líquido do período										81 039,47	81 039,47
Resultado integral										81 039,47	87 892,65
Operações com detentores de capital no período											
Entradas para cobertura de perdas											
Posição em 31 de dezembro de 2020		249 500,00			8 214,14		-308 262,55			81 039,47	87 892,65

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Funchal, 18 de junho de 2021

O Contabilista Certificado
Jorge Manuel Cabral Saldanha
CC nº 33598

MADEIRA ANDEBOL, SAD
A ADMINISTRAÇÃO

Alfredo Aires da Silva Gomes de Mendonça
(Presidente do Conselho de Administração)

Maria Isabel Santa Clara Pereira de Sousa Ramos
(Vice - Presidente do Conselho de Administração)

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MADEIRA ANDEBOL, SAD (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 405.659 euros e um total de capital próprio de 87.893 euros, incluindo um resultado líquido de 81.039 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MADEIRA ANDEBOL, SAD., em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

23 de julho de 2021



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Aos Acionistas da

MADEIRA ANDEBOL, SAD

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da MADEIRA ANDEBOL, SAD., relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da MADEIRA ANDEBOL, SAD, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2020, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Adicionalmente devemos ainda referir que, em virtude dos prejuízos registados no exercício e em períodos anteriores, a Empresa se enquadra na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, a continuidade das operações da Sociedade está dependente do apoio financeiro que lhe possa ser dado através de subsídios governamentais e/ou dos seus acionistas.

Face ao exposto, somos de parecer que, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral.

23 de julho de 2021



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes